



Marmeleiro, 23 de agosto de 2022.

Parecer Controle Interno n.º 207/2022

DA ANÁLISE PROCEDIMENTAL

Em exame, quanto aos atos procedimentais na fase interna e externa verificou-se que:

Por se tratar de uma licitação para aquisição de bens comuns, o processo é analisado com base na lei nº 10.520/02, e lei nº 8.666/93, cuja aplicação é subsidiária nesta modalidade de licitação, a análise dos autos demonstra que o processo encontra-se instruído com as seguintes peças:

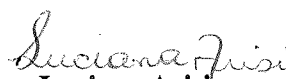
1. Houve requerimento e justificativa de necessidade da contratação;
2. Houve cotações de preços para apuração de preço médio;
3. O objeto a ser licitado foi devidamente especificado no termo de referência;
4. Há comprovação de existência de crédito orçamentário;
5. Há comprovação de adequação orçamentária e financeira;
6. O procedimento licitatório foi devidamente autuado;
7. Foi juntado edital e seus anexos;
8. Consta Parecer inicial da Coordenadora da Unidade de Controle Interno;
9. Juntada de Certidão;
10. Consta Parecer inicial do Procurador Jurídico;
11. Consta Parecer do Sr. Prefeito autorizando a abertura do edital;
12. Existe Pregoeira designada na forma da lei;
13. O edital foi devidamente publicado no diário oficial, sítio eletrônico oficial do município, diário de grande circulação no estado, diário oficial do estado, diário oficial da União e mural de licitações junto ao TCE/PR;
14. Foi juntado ao Edital a lista dos itens conforme lançamento junto a plataforma COMPRASNET;
15. Foi juntado aos autos proposta de preços e documentação pertinente a habilitação;
16. A ata de Realização do certame está devidamente assinada pela pregoeira e equipe de apoio;
17. Consta intenção recursal;
18. Foi juntado Parecer Jurídico nº 124/2022;
19. Foi juntada resposta ao recurso interposto;
20. Consta Despacho da Autoridade Competente;
21. Consta relatórios retirados do Sistema;
22. Existe termo de Resultado de Julgamento do certame;
23. Existe termo de Adjudicação ao vencedor do certame;

CONCLUSÃO

Após análise das fases internas e externas do procedimento licitatório esta Controladoria, declara que o referido processo se encontra revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto para gerar despesas para a municipalidade.

Desta feita, considerando que o procedimento em curso está de acordo com a legislação vigente, encaminhem-se os autos para a Pregoeira deste processo, para a homologação e prosseguimento do processo.

É o parecer.


Luciana Arisi

Coordenadora da Unidade de Controle Interno